



Construção decorrente da revisitação da anterior estratégia, do diagnóstico efetuado, da consulta à comunidade e sociedade organizada e individual e consulta às linhas de atuação regionais e nacionais para o quadro de programação e, seguindo o guião disponibilizado e restantes documentos referentes ao Anúncio a que respondemos.

Nome beneficiário	DESTEQUE – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente
NIFAP	7111907
Designação	Compromisso Terra Quente pelo Bem Comum da Região
Operação	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Caracterização do território

Caracterização do território de intervenção da DESTEQUE - GAL Rural Terras de Trás-os-Montes e Douro 2 CIM 5 Municípios 100 Freguesias rurais 51499 Habitantes*	Município de Alfândega da Fé 12 freguesias rurais 4 324 habitantes	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes Integra a Bioregião dos Lagos do Sabor, de forte expressão na área da agricultura, valorização e transformação de produtos locais (sobretudo cereja, azeite, frutos secos) e turismo. Convida à descoberta e desperta os sentidos, pela observação da paisagem (Lagos do Sabor), pelos cheiros, pelos sabores, pelo trato amável e hospitalidade das suas gentes.
	Município de Carrazeda de Ansiães 14 freguesias rurais 5 490 habitantes	Comunidade Intermunicipal do Douro Terra antiga e acolhedora, de diversidade paisagística qual mosaico cromático, marca UNESCO do Douro e Douro Vinhateiro, rica em património vernacular, arquitetónico e sobretudo arqueológico. São os vinhos, o azeite, a maçã e transformação agroalimentar que aliados ao turismo de natureza, gastronómico e enoturismo complementam uma herança de história e fé valorizada numa rede de miradouros.
	Município de Macedo de Cavaleiros 30 freguesias rurais 14 251 habitantes	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes São inúmeras potencialidades que convidam a viver e visitar este concelho, destacando-se o Geopark Terras de Cavaleiros e Entrudo Chocalheiros/Caretos de Podence, patrimónios da Humanidade, a área Protegida da Albufeira do Azibo, os museus, percursos pedestres e cycling e equestres. A atividade cinegética é marca distintiva neste município. Entre a Terra Quente e Fria, de 4.000 hectares de regadio essenciais a pujante agricultura.
	Município de Mirandela 30 freguesias rurais 21 384 habitantes	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes Concelho que nos remete para a Alheira (movimenta 30 milhões€/ano) uma das 7 Maravilhas da Gastronomia de Portugal e IGP, de inúmeras fábricas e cozinhas tradicionais, distingue-se ainda pela existência de 47 lagares de azeite. Mirandela, Cidade Jardim, onde se encontram 17 lojas de espaços de venda direta de agroalimentar e artesanato, um espelho d'água e rede de praias fluviais em várias aldeias que complementam uma oferta turística feita de produtos compostos.
	Município de Vila Flor 14 freguesias rurais 6 050 habitantes	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes Terra de cores e contrastes, entre xistos e granitos, povoada de solares, cruzeiros, pelourinhos, fontes de mergulho, tradições escritas no tempo e vivenciadas através de rede de percursos certificados. Aposta no turismo (sem descurar a qualidade de vida dos habitantes) que também é atraído pelas marcas distintivas das águas (Frize), dos azeites de renome mundial, dos cogumelos de Benlheval, dos queijos que advém duma pecuária que a floresta "alimenta".

Figura 1 – Breve caracterização do território de intervenção (elaboração própria através da Fonte: Censos 2021)

A Terra quente transmontana constitui uma identidade singular, simbólica e historicamente reconhecível em Trás-os-Montes. Sendo transmontana é também alto-duriense, território de transição e terra de contrastes que resultaram ao longo dos tempos, num território identitário de portas abertas à vizinhança e em tarefas conjuntas que a geografia e as vontades determinam. E, desde 1991, com a DESTEQUE e parceiros informais, sedimentou uma equipa de atuação territorial local, o GAL/ETL DESTEQUE, que fez a diferença ao estruturar o seu perfil de intervenção na máxima LEADER: DAS Pessoas, COM as Pessoas, PARA as Pessoas.

2. Caracterização da parceria

A parceria assenta no Compromisso Terra Quente pelo Bem Comum da Região. É composta por parceiros formais e por parceiros subscritores da Carta de Adesão à Estratégia de Desenvolvimento Local, e do Protocolo de Parceria. Foram caracterizados de acordo com os seguintes itens:

2.1. Representatividade temática e setorial da parceria, onde se verifica que os parceiros que mais contribuem para os setores sócios económicos mais representativos e relevantes para a concretização da EDL representam 95%.

A título de exemplo, as autarquias e Comunidades intermunicipais são parceiros envolvidos transversalmente em todos setores de atividades. Os parceiros relacionados com os setores da agricultura e da indústria (essencialmente ligada às indústrias transformadoras), são setores que também estão relacionadas com o setor agroalimentar, e fortemente representados, direta ou indiretamente, nos enfoques e desafios da macroestratégia. No entanto, as limitações do formulário não permitiram selecionar mais do que um setor de atividade. Os parceiros dos setores agroalimentar, educação, ambiente e turismo, estão representados direta ou indiretamente nos cinco enfoques e desafios da macroestratégia. Os parceiros que estão indicados no setor

social e no património material e imaterial, são também setores que contribuem para a educação, valorização patrimonial e turismo, por exemplo.

O setor da floresta, de menor representatividade setorial na parceria, resulta de mudanças na organização local e regional, mas contribuem para os enfoques temáticos.

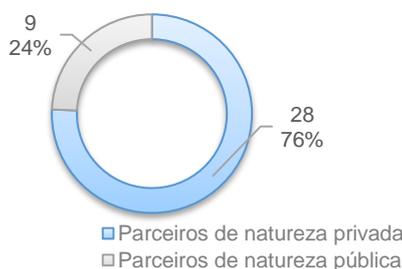
Tabela 1 – Representatividade dos parceiros por Setor para o qual contribuem, os Enfoques e Desafios

Setor	Parceiro (nº)	Designação do Parceiro	Enfoque	Distribuição
Outro/transversais a todos	7	Autarquias + CIM TTM + CIM DOURO	A, B, C, D, E	95%
Agroalimentar	6	COOP.AF+SOUTOS+MEL+VF ANSIAES+CoLAB+CEGTAD	A, B, C, D, E	
Educação	4	IPB + EPA + TRANSTEC + AEM	A, B, C, D, E	
Ambiente	3	ADAN + PR VALE TUA + RESIDUOS	A, B, C, D, E	
Turismo	2	Baixo Sabor + AMTQT	A, B, C, D, E	
Agricultura	4	ANCRAS + AOTAD + CVR + FATA	A, B, D, E	
Indústria	3	ACIM, ACIMC, AICAF	A, B, D, E	
Património/Cultura	4	ACRVF + GCRCP MAC + CARETOS + TERRAS QUENTES	A, C, D, E	
Social	2	ARA + CSP SÃO BARTOLOMEU	A, C, D, E	
Floresta	2	AFLOCAF + SILVIDOURO	A, B	

Os parceiros que contribuem como relevantes para a concretização da EDL, de âmbito de atuação local (setor social, económico ou da sociedade civil) têm sede social no território de intervenção e os parceiros de âmbito regional de atuação têm sede social no território de intervenção, ou nos municípios das Comunidades Intermunicipais Terras de Trás-os-Montes, Douro e Alto Tâmega.

2.2. Natureza dos parceiros, que confirma que 76% dos parceiros são de natureza privada. Todos os parceiros são organizações coletivas, de âmbito associativo ou cooperativo, representando indireta e coletivamente pessoas singulares e coletivas, agentes de relevância estratégica e intervenientes no território.

Parceiros Privada
 5 Cooperativas
 18 Associações
 1 Federação
 1 IPSS
 2 Fins públicos
 1 CoLAB



Parceiros Pública
 2 Estado
 2 CIM
 5 Administração local

Figura 2 – Distribuição dos parceiros por natureza

2.3. Vitalidade da Parceria, em que se demonstra a evolução crescente da parceria em número de subscritores da Carta de adesão e do Acordo de Parceria, quer no aumento dos parceiros, quer no aumento de setores de atividade abrangidos. Acresce ainda a evidência de validação da sua vitalidade, através da Situação Fiscal Integrada, e da elaboração numa tabela resumida (quanto à natureza dos parceiros), dos resultados obtidos no exercício de 2022 (pasta de consulta na documentação).

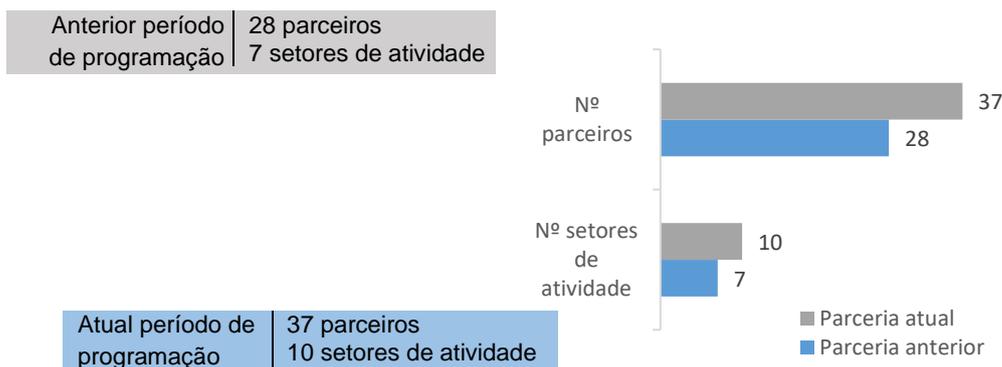


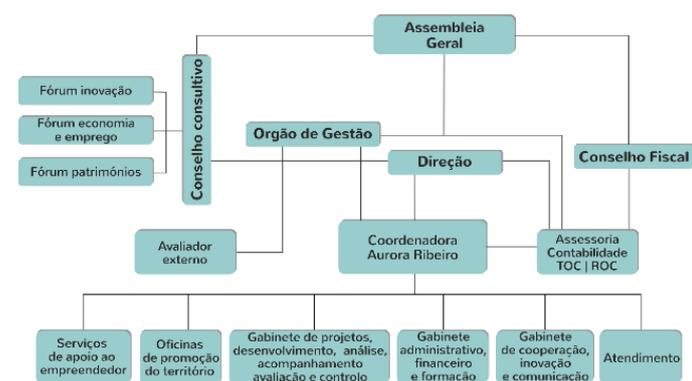
Figura 3 -Evolução da parceria em quantidade e diversidade de setores de atuação e sua contribuição para a EDL

2.4. Envolvimento da Parceria, demonstrado com a subscrição individual das Cartas de Adesão, e do Acordo de Parceria, em termos das minutas anexas ao presente Aviso de Concurso. Os que não puderam subscrever o Acordo de Parceria na Assembleia geral de parceiros que validou esta EDL e esta candidatura, concretizaram a subscrição posteriormente, quer de forma manuscrita, quer de forma digital (exceto os que estavam ausentes, ou em período de férias). O processo de constituição da parceria foi precedido de reflexão, e a integração dos parceiros foi avaliada quanto à sua intervenção no território - em competência, vitalidade, dinamismo, efetivo envolvimento com os seus beneficiários diretos e a população em geral, comprometimento com o território, e experiência na gestão de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento local.

O ponto 5 deste documento explica resumidamente o efetivo envolvimento dos atores locais, demonstrado por reuniões e outras sessões de trabalho.

2.5. Modelo de governação

São órgãos sociais da DESTEQUE a Assembleia Geral (AG) de Parceiros, Direção, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. O Órgão de Gestão (OG) que atualmente e desde a sua determinação integra uma lista própria à data das eleições dos órgãos sociais (em sede de AG), para desempenho de mandato de três anos, cuja composição respeita o princípio da proporcionalidade entre entidades privadas e públicas, com maioria de representantes das entidades privadas. As deliberações



dos órgãos são tomadas por maioria, por voto simples. As competências dos órgãos estão definidas estatutariamente, à exceção do Órgão de Gestão. Compete ao OG representar a parceria do GAL em todas as funções inerentes à gestão de fundos provenientes do PEPAC, garantir o cumprimento dos normativos e da legislação em vigor, decidir sobre a implementação de sistemas de controlo e de avaliação, assegurar a segregação de funções, participar ativamente na avaliação do desempenho e impacto da estratégia de desenvolvimento. Recorre a prestação de serviços externos para a avaliação da EDL, intercalar e final.

O Conselho Consultivo tem a composição que a Assembleia de parceiros aprova sob proposta da Direção. Dispõe de regulamento interno próprio. Acompanha, monitoriza e contribui para a implementação da EDL e promove a articulação com entidades competentes em setores relevantes para a mesma.

Para além das reuniões previstas nos estatutos, os órgãos reúnem sempre que seja necessário, presencial ou por consulta escrita. De todas as reuniões participa a coordenadora executiva, sem direito a voto. Especialmente nas reuniões do OG e Conselho Consultivo elementos da ETL são chamados a estar presentes, segundo funções e áreas de trabalho. Pela pertinência de atuação dos parceiros, a AG procede a sessões (gerais e setoriais) de monitorização da implementação da DLBC e restantes áreas de trabalho do GAL e, contribui para a manutenção e/ou mudanças a introduzir. A ETL é uma equipa residente, pluridisciplinar, experiente e qualificada. A direção e entidade são assessoradas por Contabilista Certificado e por parceiros e/ou entidades empresariais contratadas para as áreas especializadas em direito organizacional, informática, segurança, saúde, higiene, manutenção e limpeza.

3. Diagnóstico da situação do território de intervenção através de análise SWOT

População	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Crescente oferta de ensino superior, científico e tecnológico que pode contribuir para fixação e qualificação. - Melhoría contínua da formação de capital humano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa natalidade. - Baixa qualificação dos agentes económicos. - Incapacidade de fixação de capital humano. - População com necessidades crescentes de assistência social.
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência de regresso à terra em resposta a situações de crise de emprego e apelo emocional. 	<ul style="list-style-type: none"> - A atração de áreas mais dinâmicas do País e estrangeiro sobre a população jovem e ativa.



Estratégia de Desenvolvimento Local | Compromisso Terra Quente pelo Bem Comum da Região

	<ul style="list-style-type: none"> - Perspetivas de crescimento populacional através de fixação de estudantes de países lusófonos, de imigração de países de leste, considerando a atração de alunos estrangeiros pelo IPB. - Tendência crescente de teletrabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relevante envelhecimento da população. - As políticas de decisão para a atribuição de incentivos que não considerem indicadores de densidade populacional específicos da região.
--	--	---

Economia e Emprego	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de produtos com menção de qualidade superior (DOP, IGP, ETG e MPB). - Políticas municipais de incentivo ao emprego e ao empreendedorismo. - Existência de um GAL credenciado pelo IEFP e Cases no apoio às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo. - Excelência da dimensão ambiental como traço distintivo de qualidade de vida, e em especialização de atividades económicas. - Disponibilidade de zonas industriais a nível municipal. - O Polo de Inovação Agrícola na Quinta do Valongo, em Mirandela. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidades intrarregionais deficientes, fora dos corredores da A4, do IC5 e do IP2. - Dificuldade competitiva das explorações agropecuárias resultante da pequena dimensão. - Reduzida oferta de serviços comuns de apoio às empresas.
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - O potencial de afetividade de cerca de 500 mil transmontanos na diáspora. - Crescimento dos segmentos de mercado de turismo ambiental e cultural a nível internacional, destinos de produtos e experiências, genuínos e autênticos. - Crescimento da procura de turismo gastronómico e enológico. - Potencial para oferta de produtos agroindustriais diferenciados e com imagem de autenticidade. - A proximidade ao mercado espanhol, especialmente às regiões da Galiza, de Castela e Leão e de Madrid. - Boas acessibilidades externas. - A contiguidade da TQT a outros territórios e destinos turísticos de visibilidade internacional e poder atrativo de fluxos turísticos, como o Douro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Distanciamento das comunidades locais das redes de serviço público. - A diminuição dos serviços públicos regista um impacto negativo em matéria de oferta de emprego, fator que contribui para a não fixação da população jovem na região. - Concorrência de produtos hortofrutícolas provenientes do estrangeiro que, por razões de escala produtiva, chegam aos mercados a preços que os produtos da região, especialmente os oriundos do Vale da Vilarça, apesar da sua qualidade, têm grande dificuldade em acompanhar. - Concorrência do azeite e outros produtos oriundos de outras regiões com custos de produção por ha mais baixos, resultantes das condições de morfologia do terreno mais favorável à mecanização. - Instrumentos de apoio inadequados aos pequenos investimentos na economia. - Constrangimentos na valorização das cadeias de valor nas fileiras produtivas.

Recursos naturais e culturais	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Grande diversidade ambiental e paisagística - Marcas territoriais: Geopark Terras de Cavaleiros, Área Protegida da Albufeira do Azibo, Parque Natural e Regional Vale do Tua, Bioregião e Lagos do Sabor, Douro Vinhateiro e Douro Património da Humanidade e todo o território inserido na reserva da Biosfera da Meseta Ibérica. - Considerável património rural e cultural. - Destaque para a diversidade e riqueza dos vestígios arqueológicos, do património arquitetónico, erudito e popular, do artesanato, patrimónios relevantes que importa preservar. - Papel exemplar a replicar, desempenhado por associações locais na animação sociocultural das comunidades e na promoção do desenvolvimento local, com destaque para a Associação Grupo dos Caretos de Podence. 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente valorização do património natural e cultural. - Escassez de programas que respondam às necessidades de intervenção à escala local quer no ambiente quer na cultura. - Fruição não acessível a todos (mobilidade reduzida entre outros constrangimentos).
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de novos negócios no segmento do turismo e da cultura. - Dinamismo nas aldeias tradicionais, preservando vivências e valores, através dos guardiões de heranças de paz e de fé (miradouros e santuários, espaços museológicos, interpretativos e oficinas artesanais). 	<ul style="list-style-type: none"> - A desertificação e o empobrecimento do solo. - A concorrência de outros territórios rurais apoiados e já destino e produto turístico organizado (aldeias do xisto, rota templária).



Estratégia de Desenvolvimento Local | Compromisso Terra Quente pelo Bem Comum da Região

	- Afirmação crescente da marca Aldeias de Portugal, geradora de envolvimento e empenho das comunidades residentes.	- Alterações climáticas que podem colocar em risco este potencial de oferta natural.
Produção, infraestruturas e serviços básicos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Boas acessibilidades de infraestruturas viárias oferecem oportunidades de investimento em segunda habitação. - Presença de algumas fileiras de atividades dos setores florestais, agroindustriais e frutos secos com potencial de crescimento. - Autarquias locais e as IPSS têm desenvolvido ações de respostas sociais. - Diversidade de venda direta que contribuiu para a diminuição da pegada ecológica. - Existência de nutricionistas municipais. - Forte potencial para a produção de energias renováveis resultado da geografia do território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escassez de mercados locais de produtores. - Insuficiências das respostas sociais face à procura crescente. - Fraca especialização em respostas às novas realidades sociais, a exemplo, novas patologias decorrentes da sociedade atual e isolamento social. - Deficiente organização da produção e oferta diversificada de produtos sazonais. - Insuficiente estruturação da comercialização em venda direta. - Inexistência de plataforma logística de recolha e apoio à comercialização da produção regional.
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de Plano Nacional de Alimentação e implementado em todas as regiões por via dos GAL. - Oferta de formação profissional dirigida à organização e promoção da produção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preço elevado de energia sendo uma região produtora de energias limpas/verdes.
Transição energética e digital	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no território de uma central de recolha de resíduos de referência nacional - o Parque Ambiental do Cachão, onde se encontra o aterro sanitário do Nordeste Transmontano, e que inclui uma Unidade Autónoma de Gaseificação (UAG), que cruza vários objetivos estratégicos - aproveita biorresíduos, a capacidade do aterro na produção de biogás e a transformação deste em gases renováveis. - Crescente empenho na utilização de dispositivos para o aproveitamento de energia solar nos edifícios residências e empresariais e nas explorações agrícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pequena dimensão do sistema de Ciência e Tecnologia, ainda que com uma evolução positiva. - Défices ao nível dos serviços avançados às empresas (tecnológicos e comerciais, nomeadamente), não potenciando a transferência de conhecimento que emerge nas estruturas de I&D da sub-região, designadamente em torno das produções animal e vegetal.
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - A utilização crescente das tecnologias de informação e comunicação no apoio à tomada de decisão sobre o consumo de produtos, a exemplo, turísticos. - O desenvolvimento do comércio eletrónico abre novas oportunidades à promoção e venda de produtos de nicho da região. - Sistema de Ciência e Tecnologia, centrado no IPB, com envolvimento da UTAD, tem potencial para aprofundar competências alinhadas com as prioridades estratégicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de fenómenos extremos causados pelo aquecimento global (elevadas temperaturas médias, secas, incêndios, destruição da produção agrícola). - Risco associado a falta de implementação de procedimentos e dispositivos de segurança para prevenção de ciberataques e <i>malware</i> nas organizações.
Sustentabilidade e Clima	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade ambiental e paisagística de elevado valor cinegético, na sua maioria em regime ordenado. - Forte potencial para a produção de energias renováveis, resultado das características geográficas da região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente sensibilização e adesão à emergência de um comportamento responsável para o tratamento de resíduos. - Equipamentos em estado de uso e substituição novos. - Insuficiente predisposição para a partilha de conhecimentos, bens e serviços.
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - O desenvolvimento da biotecnologia e de novos produtos com aplicação nas áreas da saúde, da cosmética, da energia aproveitando o potencial de biodiversidade que a região apresenta e os subprodutos gerados em algumas das atividades, nomeadamente a olivicultura (folha, bagaços). 	<ul style="list-style-type: none"> - As alterações climáticas traduzem-se em impactos negativos de âmbito social e económico para as populações e para as atividades económicas na região. - As ondas de calor constituem riscos para a saúde pública, sobretudo da população mais idosa que tem uma forte presença na TQT.



Estratégia de Desenvolvimento Local | Compromisso Terra Quente pelo Bem Comum da Região

	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de apoio à criação de negócios assentes em iniciativas de economia de desempenho, inteligente e circular. - Iniciativa do GAL para a criação de Incubadora social para a gastronomia sustentável, tendo em conta a origem dos produtos, o seu cultivo, transporte e confeção (evitando resíduos, desperdício alimentar e no consumo ponderado de água e energia). 	<ul style="list-style-type: none"> - O aumento da temperatura média e os períodos de seca afetam a atividade agrícola, exigindo a implementação de sistemas produtivos com maior recurso a sistemas de irrigação e consequente uso de água (bem precioso e escasso) contribuem para o agravamento do risco de incêndios florestais.
--	---	--

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Orgulho nas suas gentes e nas suas comunidades. - Resiliência face às adversidades que persistem no mundo rural. - Mudança gerada pela organização administrativa local. - O GAL assumir-se como promotor de mesas participativas e parcerias. - Qualificação da Equipa Técnica da DESTEQUE, integrando diversidade de respostas para o encaminhamento do empreendedor (oportunidades de apoio para desempregados, 1º emprego, microempresas e formação). 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de espírito conducente ao associativismo. - Inexistência de espaço de incubação social para empreendedorismo jovem. - Fraca expressão de liderança local. - Escassez de voluntariado. - Debilidades decorrentes da baixa densidade e do cariz relativamente periférico do território. - Disparidades intrarregionais relevantes.
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivos ao investimento e à mobilização de trabalhadores para o interior. - As alterações à regulamentação do teletrabalho, o aumento do trabalho à distância, e dos nómadas digitais, como modelo de trabalho revelador, são condições que permitem a busca pela qualidade de vida no interior, diminuindo custos de deslocação, e a pegada de carbono. - Valorização dos níveis de satisfação dos trabalhadores em estruturas e modelo organizacional, assentes em conciliação de vida pessoal e profissional, na redução de stress, com implicações na produtividade, e procura por territórios onde sentimentos e emoções são prevalentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de vocação para o exercício da cidadania ativa. - Tempo necessário para obtenção de impacto da formação das pessoas para o desenvolvimento e transformação de mentalidade. - Resistência à mudança. - Acentuação do envelhecimento da população, com impacto na pressão sobre os serviços de natureza social. - Falta de clarificação quanto ao papel dos GAL na governação multinível, limitando a territorialização das intervenções e a sua capacitação técnica e institucional.

4. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, articulados com as áreas de intervenção que serão mobilizadas, assim como objetivos e metas traçados tendo em conta os resultados a atingir.

A proposta de macro estratégia para a TQT, em conformidade com as orientações do concurso para apresentação de candidaturas, formula a visão e os objetivos a cumprir para responder a desafios, sendo passível de progresso e de aprofundamento na segunda fase do processo concursal.

Fundamenta-se nos resultados do diagnóstico estratégico do território, explorando os cruzamentos entre os pontos fortes e as oportunidades (vantagens competitivas), os pontos fracos e as oportunidades (necessidades de reorientação), os pontos fortes e as ameaças (as necessidades de defesa), e capitaliza o conjunto de contributos fornecidos pelos principais *stakeholders* ao longo de sessões de trabalho que animaram o período de elaboração.

Resulta em necessidades decorrentes da análise SWOT e diagnóstico, produzidas de acordo com os aspetos indicados no formulário e Anexo ao Aviso de concurso (swot temática que resultou num exercício difícil na transposição da swot geral que produzimos). As necessidades elencadas, principais e complementares, vão satisfazer cada um dos objetivos transversais da visão estratégica (Figura 4) onde assenta o compromisso da Terra quente transmontana, e foram priorizadas para os programas de âmbito nacional e regional, e para o PEPAC.

A macro estratégia, constitui uma resposta integrada aos principais problemas que se colocam ao desenvolvimento local no território, construída segundo uma abordagem ascendente e estratégica, com o envolvimento de uma parceria pertinente que abrange os atores representativos dos diferentes domínios de intervenção. Obedeceu ao princípio da coerência, não só no que respeita às principais orientações comunitárias

e nacionais relativas à programação dos fundos comunitários para o período 2020-2030 e, em particular às estratégias DLBC, mas também às opções de desenvolvimento estabelecidas no PEPAC e nas estratégias da CIM Trás-os-Montes e Douro.

Partindo dum território socialmente coerente e funcional, numa lógica de proximidade, desde a matriz swot prosseguimos para a identificação dos ENFOQUES e DESAFIOS da macro estratégia que numa visão global sintetizamos:

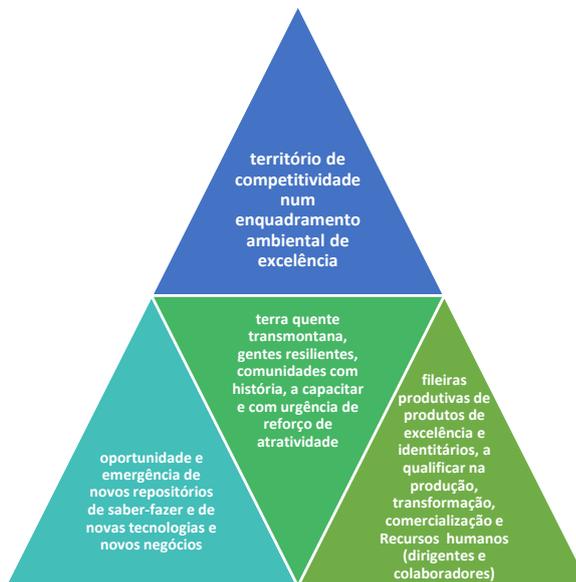


Figura 4 - Arquitetura da Estratégia **Compromisso terra quente pelo bem comum da região - Terra Quente Transmontana. O nosso Compromisso -**

Um território sustentável e coeso, que valoriza os seus recursos endógenos diferenciadores em favor do desenvolvimento económico, de criação de emprego, da geração e fixação de rendimento, em perfeita sintonia com a preservação dos valores ambientais e culturais, capaz de fixar e atrair população, novos investimentos e iniciativas.

Enfoque A) INOVAR COM AS PESSOAS | Os desafios da demografia e da coesão

O maior desafio que se coloca à TQT é o demográfico. Continuamos a perder população, baixa natalidade e envelhecimento populacional, saída de ativos jovens para empregos e territórios mais atrativos. Apesar dos progressos registados em matéria de criação de capital humano nos últimos anos, persistem ainda carências em termos absolutos e comparativos com a região Norte e o país. Sem a presença de profissionais qualificados nas diferentes atividades socioeconómicas locais não conseguimos responder aos desafios supra identificados. A presença no território do ensino superior e ensino tecnológico tem de desempenhar um papel significativo na produção de oferta formativa necessária para a fixação e captação de capital humano neste território. A coesão territorial só se cumpre também com a dinamização da economia rural estritamente ligada à retenção, atração e qualificação do capital humano no território. E, esta dinamização só se cumpre com programas desenhados e formatados à medida da realidade territorial local e regional, assumindo aqui o Local, um papel preponderante de resposta a uma malha mais fina que sustente a rede regional.

Enfoque B) DIVERSIFICAR / ACRESCENTAR RIQUEZA | o desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na dimensão sócioeconómica

A sustentabilidade deste território pode ser alcançada através da operacionalização equilibrada e integrada de três vetores da sustentabilidade – valorização dos potenciais locais através de atividades económicas geradoras de emprego e rendimento, contribuindo para a preservação e salvaguarda do património natural e cultural local que criem condições de vida indispensáveis, no plano económico e social, para atrair e fixar população, novos investimentos e iniciativas. Reforço das iniciativas de articulação dos agentes económicos através de atividades de animação territorial para a promoção de novos investimentos



Enfoque C) RENOVAR, PROMOVER OS PATRIMÓNIOS | o desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na dimensão ambiental e cultural

A TQT apresenta uma grande diversidade ambiental e paisagística. Esta realidade consoma-se como uma oportunidade, mas também como uma exigência. A adoção de boas práticas, a exigência e o compromisso são pilares de pontes por um futuro mais sustentável. Só intervenções nas aldeias/comunidades que se enquadrem nas estratégias municipais, regionais (NUT II e NUT III) e nacionais sobre as matérias do ambiente e cultura podem contribuir para uma eficaz dinamização das mesmas, no quadro de medidas de renovação de aldeias integradoras das intervenções e não espartilhadas em regulamentação contrária à sua implementação.

Enfoque D) COOPERAR PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO | o desafio da abertura ao exterior ou de como participar nas dinâmicas globais

A promoção duma ruralidade mais colaborativa impõe-se como determinante para o desenvolvimento local e regional. Crescer individual e coletivamente pressupõe disposição e disponibilidade e afirmação de vontade(s) intra e externamente capazes de criar ligações duradouras e estáveis, traduzidas em mais valia para todos os atores. Dar continuidade a áreas de cooperação em consolidação e encetar novas temáticas colaborativas e partilhadas capazes de assegurar a valorização do trabalho já executado e facilitar novos caminhos de cooperação.

Enfoque E) CAPACITAR E TRABALHAR EM REDE | o desafio da criação de capital humano e social, e do reforço da capacidade institucional

Só o desencadear de processos de animação territorial, refletidos em capacitação das pessoas e organizações, podem contrariar o curso do despovoamento que ameaça os territórios rurais. E, sem trabalho em redes de malhas finas (nível local) as redes mais largas (nível regional) não conseguem cumprir o papel da coesão necessária para a afirmação do território em sentido mais lato.

A Tabela 2 confirma a ligação ao diagnóstico efetuado, e compromete o GAL DESTAQUE na prossecução dos objetivos estratégicos à luz da sua visão e missão.

Aos cinco enfoques temáticos e aos desafios a que se propõe, correspondem objetivos específicos e resultados esperados, tendo em conta os indicadores da Tabela 3.

A dotação com 0,00% de verbas FEADER permite justificar que cada enfoque temático elenca compromisso de trabalho para os objetivos específicos, mas que para cada resultado não é exepetável utilizar verbas FEADER.

A título de exemplo, os resultados R.39, R.40 e R.10 são os que poderão alocar maior percentagem de verbas FEADER, e os que representam um peso mais significativo no Enfoque B, ou seja, diversificar e acrescentar riqueza.



Estratégia de Desenvolvimento Local | Compromisso Terra Quente pelo Bem Comum da Região

Tabela 2 - Compromisso de afetação percentual de verbas FEADER, por Enfoque temático e por desafio para prossecução dos objetivos específicos

Enfoques	A) INOVAR COM AS PESSOAS	B) DIVERSIFICAR E ACRESCENTAR RIQUEZA	C) RENOVAR, PROMOVER OS PATRIMÓNIOS	D) COOPERAR PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO	E) CAPACITAR E TRABALHAR EM REDE
Desafios	O desafio da demografia considerando a forte dependência do desafio da coesão	O desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na dimensão sócioeconómica	O desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na dimensão ambiental e cultural	O desafio da abertura ao exterior ou de como participar nas dinâmicas globais	O desafio da criação de capital humano e social , e do reforço da capacidade institucional
Objetivos	a) Inovação transversal às empresas, dirigentes e trabalhadores, e organizações da sociedade civil;	a) diversificar tipologia de produção agrícola mantendo o respeito pelos tipos de solo e condições edafoclimáticas, capazes de responder às exigências duma alimentação saudável do tipo mediterrânea;	a) apoiar a certificação dos percursos pedestres, cycling e equestres, incluindo a sinalética universal;	a) continuar as tarefas de cooperação LEADER, dando continuidade a algumas áreas de trabalho que se revelaram fundamentais para o território e agentes e iniciar novas áreas de cooperação nacional e transnacional;	a) promover um clima de confiança e parceria entre os atores locais, nomeadamente nos campos do associativismo agrícola, do turismo, das dinâmicas empresariais, da promoção territorial;
	b) incentivar a inovação a nível da produção de ideias, modos de produção, modos de comercialização e marketing;	b) incentivar o associativismo agroflorestal e no sector da pecuária para obtenção de ganhos de escala na formação, qualificação, produção e comercialização;	b) obter alguns percursos acessíveis, para invisuais e/ou com mobilidade reduzida;	b) cooperar com outras entidades com competências no território de intervenção para candidaturas e intervenções conjuntas;	b) reforçar o capital social local enquanto condição indispensável à criação de condições para o desenvolvimento de projetos de interesse coletivo;
	c) Promover atividades de inovação social, integrando soluções de sustentabilidade da economia rural;	c) Reforço dos circuitos curtos agroalimentares e mercados locais;	c) apoiar, pela criação de programas específicos, a renovação do edificado rural em aldeias com potencial turístico ou outras dinâmicas;	c) desenvolver trabalho continuado com as CIM e Associações de Municípios para articulação de intervenções;	c) continuar o trabalho de formação e capacitação de desempregados, empresários e trabalhadores, por via das medidas financiadas pelo FSE;
	d) promover a inclusão e o desenvolvimento social dos cidadãos pelo empreendedorismo;	d) promoção dos produtos locais, pela diferenciação e requisitos de qualidade;	d) participar das definições de uso ordenado da paisagem, nas suas múltiplas variantes (intervenções infraestruturais, equipamentos e iniciativas imateriais);	d) articulação entre instâncias do conhecimento e as comunidades e organizações da sociedade civil para o bom uso do digital;	d) promover sessões, temáticas e dedicadas, de capacitação para os vários públicos alvo;
	e) Promover a criação de incubadoras sociais (como está o GAL DESTEQUE a fazer)	e) promover a boa gestão dos recursos hídricos;	e) promover ações e literacia de segurança na fruição da paisagem; requalificar e valorizar, para uso integrado em rotas temáticas ou complementares à estratégia turística municipal, intermunicipal e regional, do património arqueológico, arquitetónico, histórico e cultural (de herança e identidade);	e) promover "reuniões de aldeia" no desenvolvimento de aprendizagens de noções do exercício da economia circular, da coresponsabilidade dos destinos da comunidade, da abertura às mudanças emergentes na sociedade a nível social, económico e cultural;	e) estruturar e dinamizar um modelo de informação às comunidades dos instrumentos disponíveis no quadro de programação e na Europa aos quais possam aceder;
	f) contribuir para a melhoria das condições de trabalho e para a fixação de pessoas.	f) executar a Rota da Terra Quente e consequente criação de produtos turísticos compostos que agregam agentes desde a produção dos bens agrícolas e agroalimentares, aos agentes de oferta turística clássica (alojamento, restauração e animação) e aos agentes públicos e religiosos de responsabilidade sobre o património ambiental e cultural;	f) promover atividades de empreendedorismo social, integradas (socioeconómicas) e intergeracionais;	f) enquadrar a animação das dinâmicas territoriais em visões construídas de fora para dentro no sentido de identificar as possibilidades de participação do território em nichos de mercado global, promovendo a sua atratividade e acessibilidade;	f) trabalhar ativamente no âmbito da FMT, da RRN, e outras entidades que integrem na sua missão o desenvolvimento rural e local em sentido lato;
		g) dar continuidade e reforçar o apoio aos empreendedores, aos desempregados, à criação do 1º emprego e outros, na criação de pequenos negócios, micro e pequenas empresas;	g) promover programas intergeracionais, em aldeias piloto que resultem em transmissão de saberes de diferentes gerações; incentivar o uso do digital para fruição dos patrimónios;	g) apostar no desenvolvimento do turismo digital, do comércio electrónico, na promoção do território através das redes sociais.	g) fortalecer a parceria DESTEQUE, por via dos parceiros informais, por via dum trabalho em rede continuado e gerador de impactos significativos no território entendido no seu todo
		h) participar em bolsas de ideias/mesas criativas para novos negócios em função da promoção turística e crescente peso desta nas economias locais;			
PESO %	15%	40%	20%	15%	10%

Tabela 3 - Distribuição percentual das verbas FEADER por Resultado esperado, e por Enfoque

Resultados	Enfoque A) INOVAR COM AS PESSOAS	Enfoque B) DIVERSIFICAR E ACRESCENTAR RIQUEZA	Enfoque C) RENOVAR, PROMOVER OS PATRIMÓNIOS	Enfoque D) COOPERAR PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO	Enfoque E) CAPACITAR E TRABALHAR EM REDE	% Alocação de verbas FEADER
R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Nº explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos;	0,0%	10,0%	2,5%	0,0%	0,0%	12,50%
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Nº de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;	2,5%	7,5%		2,5%	2,5%	15,00%
R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW);	1,5%	2,5%	0,0%			4,00%
R.17 - Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição	0,0%	0,0%	2,5%			2,50%
R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	1,0%	0,0%				1,00%
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	2,5%	5,0%	5,0%	0,0%	0,0%	12,50%
R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	2,5%	7,5%	5,0%	2,5%	0,0%	17,50%
R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	2,5%	7,5%	2,5%	2,5%	2,5%	17,50%
R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%	2,5%	7,50%
R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	2,5%	0,0%	2,5%	2,5%	2,5%	10,00%
Total distribuição verbas FEADER por Enfoque	15%	40%	20%	15%	10%	100,00%

5. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais

A DESTEQUE iniciou os trabalhos de formulação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) dando continuidade ao seu modelo de atuação, prosseguindo uma abordagem de proximidade ao território e aos seus agentes. Ainda em período final pandémico, mas pertinente em tempo de monitorização da atuação da DESTEQUE (no quadro do PDR2020 e outros programas e áreas de trabalho).

Neste contexto entendeu-se ouvir promotores de projetos sobre os resultados alcançados e atuações futuras. A estes juntaram-se pessoas e organizações convidadas; estávamos a proceder à avaliação do que foi feito e à audição de propostas para o futuro junto dos agentes sócio económicos, dos agentes que criam riqueza e emprego no território.

Estas jornadas foram concretizadas em sessões conjuntas em sala, de apresentação e debate, e, em sessões organizadas por temáticas: a) diversificação economia (microempresas, agroalimentar e comercialização), b) turismo (alojamento, restauração, animação, comercialização), c) património educação e cultura e d) serviços de proximidade e sociais. Seguiram-se sessões de trabalho com entidades com competências nas áreas chave do território e órgãos sociais da DESTEQUE (direção, OG e AG) que proporcionaram uma participação ativa de todos os parceiros e convidados.



Figura 5 - Síntese de registo fotográfico



Realizamos uma Assembleia extraordinária aberta que teve um primeiro momento de avaliação da implementação da DLBC e restantes programas e projetos através dos quais atuamos no território, e, de seguida, contributos para a Estratégia e formas de trabalho em cooperação, parceria e em rede.

Foram ainda disponibilizados outros meios de participação: elaboração e disponibilização de postal de recolha de propostas, ideias e projetos disponibilizados nas freguesias, em encontros, feiras e similares no território desde 2022.



Figura 6 - Postal de recolha de contributos do território

6. Evidência da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais temáticas ou generalistas

Partindo da lista de necessidades identificadas no diagnóstico, a priorização por Enfoque permite a comparação direta de necessidades da mesma natureza, e para cuja resposta pode existir o mesmo conjunto de intervenções, conforme duas dimensões:

- Alinhamento com as prioridades da região NORTE, com a evidente articulação com todos os enfoques e desafios, quanto aos Objetivos Estratégicos (OE) 1 – Intensificação tecnológica da base produtiva regional; OE2 – Valorização de ativos e recursos intensivos em território; OE3 – Melhoria do posicionamento competitivo à escala global e OE5 – Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo.
- Alinhamento com os Objetivos Gerais da região NORTE, com a evidente articulação com todos os enfoques e desafios, quanto aos OT1 – Acréscimo de qualificações em todos os segmentos e grupos-alvo da população; OT2 – Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade; OT3 – Eficácia e eficiência do modelo de governação regional.

Com a recente remodelação dos modelos de governação, não nos parece prudente ou ajuizado avançarmos com perspetivas de articulação com a atuação da DRAP Norte ou do ICNF Norte, ou a Cultura Norte por exemplo, apesar de termos um histórico de relacionamento profícuo, que muitas vezes de forma informal resultou em relevantes ações no território.

7. Evidência da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias sub-regionais

Do vasto conjunto de estratégias e entidades com competências sub-regionais que abarcam o nosso território de intervenção e/ou cuja atuação é, ou seja, passível de articulação, identificamos as de maior expressão de “urgência” ou com “caminho feito” numa cumplicidade boa e frutífera, que determina o desenvolvimento e crescimento indispensáveis e conducentes à efetivação de coesão territorial.

Neste contexto, articulamo-nos com as estratégias setoriais e planos anuais das Câmaras Municipais da área de intervenção, essencialmente no que refere as estratégias de ordenamento do território fundamentais para a relação urbano-rural que urge potenciar assim como as propostas de atuação nas aldeias conforme à sua vocação. Aqui enquadra-se designadamente uma articulação com os Enfoques C) e D) da nossa EDL. As linhas de atuação dos Municípios de referência no que refere o apoio à economia local, o apoio à diáspora, o apoio ao empreendedorismo, habitação e turismo articulam-se claramente com os Enfoques A) e B). Mas, e porque somos um território que integra Marcas Territoriais



mais alargadas em “geografia” e quebra as fronteiras municipais ou até de NUTIII, o desafio de abertura ao exterior ou de como participar em dinâmicas temáticas e setoriais de relevância para cumprirmos os resultados que elencamos, fazemos nota de algumas articulações estratégicas:

Parque Regional do Vale do Tua e Incubadora

O aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua introduz um novo paradigma na concretização das contrapartidas financeiras associadas à construção de barragens. O plano de ação desenvolvido pela agência do Vale do Tua assenta em projetos âncora para dar um novo impulso na dinamização da economia local e, por conseguinte, gerar emprego e riqueza, preservar as memórias, proteger e conservar os valores naturais e ambientais, de forma integrada e sustentada, apostando no turismo e na valorização dos recursos locais. Neste contexto, os enfoques da nossa estratégia, no seu conjunto, estão alinhados com o plano de ação da agência, com nota especial para os Enfoques B) e C). Aliás, temos vindo a desenvolver trabalho conjunto com a incubadora do Vale do Tua (aconselhamento e acompanhamento de empreendedores) entre outras ações. A constituição desta área protegida de âmbito regional para proteção dos valores de biodiversidade e simultaneamente potenciar o turismo de natureza, desportos náuticos, saúde e bem-estar e aldeias ribeirinhas, de atuação em 5 municípios dos quais 3 no nosso território de intervenção, promove e potencia a nossa atividade nestes domínios relevantes também na nossa estratégia. Este projeto decorre de um acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Plano de Mobilidade, Centros Interpretativos do Vale do Tua, recuperação do património e emprego e empreendedorismo são objetivos presentes nas nossas ideias mobilizadoras.

Associação de Municípios do Baixo Sabor / Lagos do Sabor

O Baixo Sabor é uma zona com um ambiente colaborativo intermunicipal e intersectorial, agregadora de vontades e investimentos públicos e privados, estrategicamente alinhados e convergentes, onde se desenvolve um conjunto de iniciativas diferenciadoras, marcadas pela inovação e conhecimento, criadoras de valor, fixadoras de população jovem, qualificadores do capital humano, criadoras de empreendedorismo e emprego qualificado e potenciadoras da preservação e qualidade ambiental que torna o Sabor numa realidade única. Apostam em dois sectores essenciais: o turismo e os produtos e serviços de base regional, expressos essencialmente em 4 eixos: Eixo I – Qualidade Ambiental e Conservação da Natureza, Eixo II – Valorização e Conservação do Património Histórico-Cultural, Eixo III – Competitividade, Inovação, Empreendedorismo, Emprego e Inclusão Social e Eixo IV – Desenvolvimento do Turismo Sustentável, nos quais nos revemos e em consonância com os Enfoques por nós identificados. Convergimos nos desafios dos Patrimónios, da diversificação da economia rural e qualificação dos seus ativos, e, na promoção da atividade turística transversal a várias atividades e desenvolvida de forma sustentável. A exemplo, somos parceiros na criação da estação náutica polinucleada dos lagos do Sabor, da Bioregião e de um conjunto de ações conducentes à qualificação das pessoas e criação de novos negócios (empresas de animação turística, empresas no sector das novas tecnologias). Dos 4 municípios que integram a AMBS, 2 integram o nosso território de intervenção. Mais uma vez se repete a situação (também no Parque do Vale do Tua) o que permite, proporciona e diferencia a atitude de trabalho em rede e parceria para além das linhas que definem um município, e, que se traduz numa mais valia para os nossos territórios, ganhos de escala e trabalho sob o “chapéu” de marcas territoriais diferenciadoras e identitárias.

Resíduos do Nordeste, EIM, SA

Esta entidade, participada pelas três Associações de Municípios do Douro Superior, Terra Fria do Nordeste Transmontano e Terra Quente Transmontana desenvolve entre outras tarefas principais e infraestruturais, atividades que se articulam particularmente com a Sensibilização Ambiental e formação. No que refere a sensibilização ambiental, tem por objeto prevenir a produção de resíduos e aumentar os índices de reciclagem de forma a cumprir as metas comunitárias estabelecidas para a gestão de resíduos e dirigida a toda a população da qual a população escolar assume grande importância. Articula-se privilegiadamente com os Enfoques A) e C) da nossa estratégia, por via da participação em instrumentos e programas de educação ambiental em consonância com as preocupações ambientais emergentes e



que otimizem o aproveitamento de recursos materiais de uma forma participativa da população. No que concerne a área da formação e capacitação, esta entidade é nuclear no seu contributo para que a mesma assuma, transversalmente a todas as vertentes, a da promoção e sustentabilidade ambiental.

E, finalmente, articulamo-nos com as CIM TTM e CIM DOURO, como é óbvio porque comungamos de visão e missão sustentada na promoção integral dos nossos territórios de intervenção e o nosso território integra estas CIM's. Fazemos nota de que desde sempre participamos das reuniões mensais, integramos consórcios e concertamos representações promocionais.

Da TTM, e para o Enfoque A) a exemplo, a articulação com o Domínio temático DT1. Conhecimento, Inovação e Competitividade para as iniciativas de I&D Empresarial, promoção do empreendedorismo tecnológico e qualificado, apoio ao investimento empresarial e à criação/consolidação de infraestruturas de acolhimento empresarial, contribuir para uma rede intermunicipal de apoio ao investimento e a iniciativas empreendedoras; articulamos o Enfoque B com o DT3 Desenvolvimento Rural para as iniciativas relacionadas com as infraestruturas de apoio à produção e à transformação, empreendedorismo e inovação nas fileiras agroindustriais, investimentos produtivos de criação, expansão, modernização e qualificação empresariais; e DT5. Energia para as iniciativas de eficiência energética. Os Enfoques C) e D) articulam-se com o DT2 Turismo, Cultura e Património para as iniciativas relacionadas com a qualificação da oferta turística e património natural, histórico-cultural, turística e produtos endógenos, acolhimento e comunicação de pacotes turísticos, promoção turística das Terras de Trás-os-Montes, turismo transfronteiriço, valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos, eventos culturais e DT4. Ambiente e Ecossistemas para iniciativas relacionadas com a adaptação às alterações climáticas, prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes, gestão sustentável da água, transição para uma economia e sociedade circular, reforço da proteção da natureza e da biodiversidade e infraestruturas verdes; por último, mas não de menor importância articulamos o Enfoque E) articula-se com o DT3. Desenvolvimento Rural. Esta aproximação aos Domínios Temáticos não se pretende redutora, mas estruturante.

Dos domínios presentes na estratégia da CIM DOURO, DOURO 2030 UMA ESTRATÉGIA PARA UMA DÉCADA, destacamos uma articulação virtuosa, com o Domínio da “mobilidade rural e de lazer”, porque uma preocupação partilhada; articulamos o Enfoque B) com o Domínio “Um território atrativo e internacionalizado”, a exemplo nos programas de promoção dos produtos DOP e IG e os programas de atração e acolhimento empresarial (estamos a criar um incubadora) e o propósito de estabelecer ligação estratégica do Douro aos Lagos do Sabor e ao Parque Natural do Tua, onde se revê igualmente o Enfoque D). A prevista Criação do Centro de Excelência Regional em Gastronomia e Vinhos assume um papel de trabalho em rede, associado ao nosso projeto Valorizar “Valorização e Promoção da Gastronomia e dos Produtos Ligados à Alimentação de Trás-os-Montes e Alto Douro”, e tendo nós 2 municípios na Região Demarcada do Douro e Património da Humanidade. O Domínio “Um território empreendedor e inovador” articula-se no seu conjunto de objetivos/intervenções com os Enfoques A) B) e D) e, fazemos nota dum objetivo em particular, porque é mais expressivo transcrever do que qualquer comentário, “22- Reforçar o apoio às ADL – Associações de Desenvolvimento Local, cujo papel é determinante no âmbito dos investimentos de proximidade nos respetivos territórios. Estamos, assim, perante uma vontade expressa de articulação. Os Domínios “Um território que valoriza o seu capital humano” e “Um território eficiente e sustentável” e respetivos objetivos articulam-se com os desafios apontados nos nossos Enfoques no seu todo. O Enfoque E) está em estrita articulação com os Domínios “Um território que capacita as suas instituições” e “Um território de parcerias e em rede”.

Este não foi um exercício exaustivo, mas estamos certos de que são significativos exemplos do potencial de articulação com Estratégias Sub-regionais.

O GAL da Desteque manifesta desde já a sua determinação em reforçar, na 2ª fase do processo concursal, a coerência da EDL com outros programas e intervenções que, entretanto, venham a ser desenhados para os territórios do interior e de baixa densidade, nomeadamente nos domínios social, da empregabilidade, do empreendedorismo, à semelhança da “Agenda do turismo para o interior”.

8 - Plano de Ação, que pode ser implementado através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC.

Este Plano de Ação, assim designado, é claramente genérico e geral, não perfazendo, no nosso entendimento, um Plano de Ação estruturado em medidas e gavetas, suficientemente abertas e flexíveis, capazes de dar resposta às diferentes necessidades dos nossos territórios. É esta abertura, esta atitude que é expectável e desejável, sem a qual não seremos capazes de responder e cumprir o compromisso assumido em ampla parceria territorial e para com o território, entendido este em espaço geográfico, pessoas e atividades.

Elaboramos o quadro que nos competia (Tabela 4), convencidos de que estamos a responder ao solicitado em sede de Anúncio.

Cumpre-nos, fazer nota de que procedemos a alocação de verbas percentualmente, na ignorância de que montantes dão coerência a essa distribuição. Estamos convictos de que a 2ª fase deste processo seja desenhada segundo a máxima tão apregoada “de baixo para cima” e que as dotações demonstrem razoabilidade dentro do possível.

Afirmaremos a nossa capacidade de fazer, e fazer bem, todas as tarefas que cumprem ao desenvolvimento rural e local e que, num histórico de 32 anos, cultivamos, aprimoramos e qualificamos atitudes, metodologias, ações, pessoas (equipa técnica) certos de que, como disse na sua última entrevista Nuno Jordão “os GAL salvaram os valores da ruralidade”.



Figura 7 – Ato de assinatura do Protocolo de Parceria



Estratégia de Desenvolvimento Local | Compromisso Terra Quente pelo Bem Comum da Região

Tabela 4 – Plano de ação tendo em conta os objetivos específicos identificados nos Enfoques temáticos, as necessidades principais e complementares identificadas, com ligação aos indicadores de resultado do PEPAC

Necessidades		Enfoque A) INOVAR COM AS PESSOAS	Enfoque B) DIVERSIFICAR E ACRESCENTAR RIQUEZA	Enfoque C) RENOVAR, PROMOVER OS PATRIMÓNIOS	Enfoque D) COOPERAR PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO	Enfoque E) CAPACITAR E TRABALHAR EM REDE
	Priorização de Necessidades, por <u>enfoque temático</u> e por <u>desafio</u> da Macroestratégia	O desafio da demografia considerando a forte dependência do desafio da coesão	O desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na dimensão sócioeconómica	O desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na dimensão ambiental e cultural	O desafio da abertura ao exterior ou de como participar nas dinâmicas globais	O desafio da criação de capital humano e social, e do reforço da capacidade institucional
Indicadores de Resultado com alocação de verbas FEADER		R9,10, R15, R17, R18, R37, R39, R40, R41, R42	R9, R10, R15, R17, R18, R37, R39, R40, R41, R42	R9, R15, R17, R37, R39, R40, R41, R42	R9, R10, R37, R39, R40, R41, R42	R9, R10, R37, R39, R40, R41, R42
Principais	PTOE8N1 - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	+++	++	+++	++	+++
	COE8N3 - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	++	++	++	++	+++
	PTOE8N2 - Incentivar a bioeconomia e economia circular	+++	+++	+++	++	++
	COE8N4 - Incentivar a bioeconomia e economia circular	++	+++	+++	++	++
	COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado	+++	+++	+++	++	++
	COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores	+++	+++	+++	+	++
	COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer	++	+++	++	+	++
	COE8N6 - Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade	++	++	++	+	++
	COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	++	+	+	+	++
Complementares	PTOTN1 - Incentivar a transição digital na agricultura	+++	+++	+	++	++
	PTOTN2 - Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos	+++	+	++	+++	+++
	PTOTN3 - Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores	+++	+	++	+++	+++
	PTOTN4 - Estruturar conhecimento e assegurar a sua transferência que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente: técnico, socioeconómico e ambiente (recursos naturais, alterações climáticas e biodiversidade);	+++	+	++	+++	+++
	PTOE2N1 - Criar e melhorar infraestruturas coletivas (ex: regadio, abastecimento de água, acessos, eletrificação, banda larga, redes proteção florestais)	+	+	+	+	+
	PTOE4N1 - Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas, designadamente de eventos climáticos extremos	++	+++	++	+	++
	PTOE4N2 - Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria	++	+++	++	+	++
	PTOE6N1 - Promover a biodiversidade doméstica através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos animais, vegetais incluindo florestais	+	+	+	+	+
	COE1N5 - Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola	+++	+++	++	++	++
	COE2N1 - Valorizar produtos de qualidade diferenciada	+++	+++	++	++	++
	COE4N5 - Aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria	++	+++	++	+	++
	COE6N4 - Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade	+	+	+	+	++
	COE6N5 - Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais	++	++	++	+	++
	COE6N6 - Promover uma gestão multifuncional de espaços agrícolas e florestais, incluindo as atividades cinegéticas, no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas	++	++	++	+	++
	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	+++	+++	+++	+++	+++
	COE9N5 - Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (e.g. através da contratação pública);	++	+++	+++	+++	+++
	COE9N8 - Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima;	++	++	++	++	++